

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Tereza Cristina participou da comitiva que foi aos EUA

Tarifaço: risco maior são os manufaturados

Ex-ministra da Agricultura no governo Jair Bolsonaro, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) avalia que o agronegócio acabará não sendo um segmento dos mais afetados com o tarifaço imposto por Donald Trump. O setor produtor de laranja, que seria o mais prejudicado, já conseguiu entrar como uma das 700 exceções desde o início. Resta como setor prejudicado o café. Mas

Tereza Cristina, que esteve nos Estados Unidos com o grupo de senadores da Comissão de Relações Exteriores, ainda confia que o produto acabe também entrando numa segunda lista de exceções durante a negociação. Para os demais produtos do agro, avalia ela, a participação brasileira nas compras dos Estados Unidos não seria muito importante, com alternativas.

Carne

Mesmo no caso da carne. A participação brasileira na importação da proteína pelos EUA gira em torno de 6%. E as maiores empresas do setor, caso da JBS, têm endereço e fazendas no próprio país presidido por Trump. Conseguiriam comercializar como produto dos EUA.

Café

Da mesma forma, têm também produção a partir da Austrália. O que daria a chance de importação com taxaço menor que a brasileira. No caso do café, o impacto é maior. O Brasil representa cerca de 30% do café importado pelos Estados Unidos.



Abicalçados

Setores como o de calçados mais afetados

Calçados e outros produtos semelhantes terão impacto

A preocupação de Tereza Cristina é com o setor de manufaturados. Mesmo que o volume de compra dos EUA em alguns casos possa ser menor, o problema é a existência de toda uma cadeia de produção que estaria muito direcionada a produzir para o mercado norte-americano. E, com isso, a possibilidade de crise e

provável desemprego no setor acaba podendo ser maior. A empresa Jacometi, da cidade de Franca (SP), por exemplo, destina 60% da sua produção para os Estados Unidos. Existem também setores com empresas que fazem parte da produção, acabamentos, de roupas, bonés, etc, que também seriam afetadas.

CPMI

Na tarde de quarta-feira (20), o governo ainda estava tonto com a derrota que sofreu na instalação da CPMI do INSS. Como mostrara o Correio Político, os governistas estavam confiantes de que teriam o domínio da comissão, esperando resultado semelhante à CPI do MST.

Cochilo

Na avaliação de oposicionistas ouvidos pelo Correio Político, aconteceu mais uma vez um tipo de cochilo que muitas vezes parece comum no Congresso, especialmente no Senado. Representantes do governo não aparecem ou demoram a aparecer.

2 a 0

A CPI do MST acabou sem relatório, que seria de Ricardo Salles (PL-SP), aprovado. No caso, porém, da CPMI do INSS pelo menos na largada o governo apanhou feio. Sem o presidente e sem o relator, o placar já começou em 2 a 0 contra o governo nos primeiros minutos.

Oposição

A oposição se aproveitou dessas ausências, se organiza e acaba dominando o cenário antes de qualquer reação. Nas comissões temáticas, especialmente aquelas que a oposição comanda, esse tipo de situação tem sido comum. Subestimou-se a oposição.

Em reviravolta, oposição fica com comando da CPMI

Carlos Viana presidirá investigação sobre fraudes no INSS

Saulo Cruz/Agência Senado



Oposição ficou com relatoria e presidência da CPMI do INSS

Por Gabriela Gallo

Foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os membros da comissão escolheram, na sessão de abertura desta quarta-feira (20), o senador Carlos Viana (Podemos-MG) para presidir o colegiado. Ele foi eleito por 17 votos contra 14 para o senador Omar Aziz (PSD-AM) – indicação da base governista e do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Ao ser eleito, o senador indicou o deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) como o relator da CPMI. Inicialmente, o nome favorito para assumir a relatoria do caso, indicado pelo presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (Republicanos-PB), era o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO).

Em seu discurso ao assumir a presidência da comissão, Carlos Viana informou que seu nome foi cotado por meio de uma mobilização da oposição do Congresso, mas reiterou que a comissão será investigativa, sem levar em consideração questões ideológicas. Ele reiterou que os trabalhos serão conduzidos conforme critérios técnicos.

“Quero deixar claro que não há ‘este governo’, ‘o governo anterior’ ou qualquer desejo de prejudicar a quem quer que esteja na responsabilidade do INSS nos dias atuais ou dias

passados. Quem está aqui é um presidente eleito que quer esclarecer o que aconteceu, pedir a punição dos culpados e, principalmente, gerar novos projetos e políticas que não permitam a repetição de um momento tão vergonhoso para o Brasil como o desvio de dinheiro de aposentados, pensionistas, pessoas que trabalharam uma vida inteira e depositaram a confiança na previdência”, destacou o presidente da CPMI.

Após a reviravolta dos nomes escolhidos para assumir a Mesa Diretora da comissão, Alfredo Gaspar e Carlos Viana se reuniram para definirem o plano de trabalho da CPMI. Foram apresentados 254 requerimentos para oitivas a serem convocadas para a comissão. A previsão é que o plano de tra-

balho seja entregue na próxima sessão da comissão, na próxima semana. Para a imprensa, o relator adiantou que pretende convocar para depor na comissão antigos presidentes do INSS.

Derrota

As vitórias dos parlamentares de oposição no comando dos trabalhos da comissão parlamentar do INSS foram uma derrota direta do governo federal, assim como também foi uma surpresa por não eleger os convocados pelos presidentes das Casas Legislativas. Pouco após a primeira sessão da CPMI, o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), reconheceu a derrota e admitiu que houve falta de articulação do governo e que a base gover-

nista subestimou a disputa com a oposição. “O time entrou de salto alto, subestimou o adversário”, disse Randolfe em entrevista coletiva.

Ao Correio da Manhã o cientista político Elias Tavares avaliou que o caso não foi apenas uma derrota para o governo, como também para a “própria cúpula do Congresso”.

“A oposição conquistou a presidência e a relatoria da CPMI, o que dá a ela o controle do ritmo da investigação e da narrativa pública sobre o caso”, ele afirmou para a reportagem.

Tavares ponderou que indicados iniciais não foram bem selecionados, já que tanto Omar Aziz quanto Ricardo Ayres eram nomes muito claramente identificados com a base governista.

CCJ do Senado aprova voto impresso nas eleições

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (20), uma série de alterações no projeto do novo Código Eleitoral brasileiro, entre elas o retorno da obrigatoriedade do voto impresso — proposta que já foi derrotada em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da deputada Bia Kicis (PL-DF) em 2021.

O destaque, apresentado pelo Partido Progressista (PP), foi aprovado por margem apertada: 14 votos favoráveis contra 12 contrários. A medida integra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 112/2021, que unifica e atualiza cerca de 900 dispositivos da legislação eleitoral vigente. Agora, o texto segue para análise do plenário do Senado, com tramitação em regime de urgência.

Segundo o trecho aprovado, as urnas eletrônicas deverão imprimir, de forma automática e sem contato manual, um registro físico do voto de cada eleitor, que será depositado em compartimento lacrado. A votação só será concluída após o eleitor confirmar a correspondência entre o voto digital e o impresso.

Voto impresso

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a impressão do voto inconstitucional por risco ao sigilo e à segurança da votação. Em 2021, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com



Projeto relatado por Marcelo Castro sofreu alterações

o mesmo objetivo foi rejeitada pela Câmara dos Deputados.

Mesmo assim, o campo oposicionista defende o retorno da medida sob o argumento de que ela aumentaria a confiança da população no sistema. “A gente tem que pacificar o país. Pelo amor de Deus! A questão não é querer ter razão, é ser feliz. Então, para pacificar o país e ser feliz, é o voto impresso”, declarou o líder do Partido Liberal no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ). O relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), foi contrário ao destaque, mas acabou vencido na votação.

Outras mudanças

Outro ponto polêmico foi a redução da quarentena obriga-

tória para militares, juízes, policiais e membros do Ministério Público que desejam disputar cargos eletivos. Após diversas mudanças durante a tramitação, a CCJ aprovou um prazo de apenas um ano de afastamento antes da candidatura.

O senador Sergio Moro (União-PR) ressaltou a importância do acolhimento de emenda que preserva a Lei da Ficha Limpa — legislação, criada por iniciativa popular, que determina um período de oito anos de inelegibilidade para políticos condenados por crimes graves, como falsidade ideológica, abuso de poder ou disseminação de notícias falsas.

“É um projeto que faz sentido, a gente quer deixar fora da vida pública aqueles que

cometem crimes, aqueles que não têm a confiança de exercer um mandato, por conta de terem incorrido em atividades criminais, e, da mesma forma, não podemos discriminar e estabelecer requisitos arbitrários para que agentes da lei possam participar do pleito eleitoral”, defendeu Moro.

O novo código estabelece limites para o uso de tecnologia e redes sociais nas campanhas eleitorais. Fica proibido o uso de inteligência artificial para manipulação de conteúdo eleitoral, assim como o disparo em massa de mensagens e a contratação de influenciadores digitais para propaganda política. A pena para disseminação de fake news durante o período eleitoral foi reduzida de um a quatro anos de detenção e multa, para entre dois meses e um ano de reclusão, mais multa.

A nova legislação mantém a reserva mínima de 30% para candidaturas femininas e a obrigação de que pelo menos 20% das cadeiras nas Casas Legislativas sejam ocupadas por mulheres.

“Longo caminho”

Ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão explicou que ainda “há um longo caminho para a aprovação desta matéria”.

Como sofreu alterações em relação à versão aprovada pela Câmara dos Deputados em 2024, o texto precisará voltar à Câmara para nova análise caso aprovado pelo plenário da Casa Alta.